

Esforço comum para salvar o País

JOÃO ALVES DE ALMEIDA

Minha grande paixão foi sempre a de conhecer o Mundo e sua História, notadamente no campo econômico e político-administrativo. Li muito sobre épocas de grandeza, e felicidade em que viveram várias nações e sobre os métodos e processos que notabilizaram seus respectivos governos.

Durante minha longa vida pública percorri cerca de 60 países — duas ou três vezes, conforme o interesse que me despertavam — ouvindo, em muitos deles, mais críticas do que elogios ao Brasil. Nos contatos com inúmeras personalidades, vez por outra deixavam escapar o julgamento que fazem de nosso País, segundo o qual somos um povo desinteressado, que não trabalha, não produz, preferindo viver de pedidos e reclamações; que nossos Governos são irresponsáveis (alusão à nossa dívida externa, contraída para fins visionários), despreparados, desorientados, justificando problemas e erros com os de outras nações em dificuldade.

Não era fácil rebater as críticas e provar o engano deles. Utilizando-me, porém, dos conhecimentos adquiridos, fazia ver a todos que não somos muito diferentes de seus países, mostrando e comprovando com a própria História de cada um, as contradições e as desgraças que sobre eles se abateram em diferentes épocas.

Não obstante a justa defesa que compete a todo brasileiro fazer de seu país no exterior, forçoso é reconhecer que precisamos de um homem preparado para cuidar com patriotismo, competência e coragem dos problemas que nos desafiam desde a nossa independência política, já agora afogando o Governo no caos, por culpa de uma sociedade desorientada, que pode mas não sabe como reagir e defender-se: tanto adere à campanha do rosário em uma época, como à do anticristo em outra, dependendo da emoção que lhe causem as campanhas ilusórias do momento.

Na administração pública como na atividade privada, ninguém desconhece que a economia constitui o oxigênio indispensável para que todos, Governo e povo, possam respirar livremente. O bem-estar social, portanto, está condicionado ao desenvolvimento da economia, tornando-se letra morta as leis e decretos que pretendam elevar as rendas, nacional e per capita, mediante a aplicação de alguma fórmula verbal mágica. Urge a adoção de medidas realistas, arrojadas, concretas e objetivas, capazes de promover o bem-estar da sociedade como um todo. E só há um caminho visível para o Brasil atingir essa meta: a agricultura, através da qual poderemos exportar por ano 100 bilhões de dólares de produtos agrícolas. Quando isto ocorrer, nossa vida econômica e social estará estabilizada. Mas não chegaremos lá com a produção fragmentada, com financiamentos e estímulos a agricultores, com distribuição de terra aos sem-pão e sem-teto, política essa que, até pela nossa posição geográfica, não oferece condições que permitam a evolução preconizada.

Com seis milhões de quilômetros quadrados de espaços vazios, onde a terra é mansa e rica na maior parte de sua extensão, cabe-nos explorá-la com os métodos mais adequados, se quisermos tirar o País do impasse em que vive desde o Império. A situação exige a mobilização dos ministérios com firme determinação, um conjunto de esforços organizados, onde todos se empenhem sem exigências preferenciais, com idealismo, entusiasmo, amor e patriotismo, para a construção de um Brasil maior, mais progressista, mais humano, oferecendo às gerações futuras o exemplo de que o trabalho é a receita para quase todos os males e ao mesmo tempo a mais poderosa

força que produz a riqueza e felicidade da Pátria. Com isto a nação também se resguarda contra a democracia liberticida, que leva à anarquia ou ao retrocesso político.

Não há dúvida de que, se os 30 milhões de brasileiros que hoje vivem em dificuldades nas zonas urbanas e suburbanas fossem transferidos para a agricultura — onde iriam juntar-se a outros tantos que já vivem nas zonas rurais, à mercê de exploradores — com total assistência do Governo por um período de 5 anos, provocariam uma produção em larga escala, com baixa nos preços e, conseqüentemente, no custo de vida. O cruzado seria valorizado, maior seria a procura e a disputa dos nossos produtos, pela qualidade e pelo preço, por grande número de países desde que saíssem diretamente do centro de produção para os portos de embarque. O mundo reclama a produção de alimentos e bastaria manter-se 200 homens nos diversos países do globo para sabermos o que devemos produzir e exportar.

Por outro lado, tais providências viriam desafogar as capitais dos graves problemas provocados por essa população desajustada, servindo igualmente de remédio para as suas aflições. São homens sem ideais nem ilusões, cujos filhos, em sua maior parte, vivem entregues aos vícios, às drogas e à indisciplina social, fazendo aumentar a já alarmante criminalidade e delinquência juvenil.

O povo, na sua grande maioria, anseia por medidas dessa ordem, porque sabe que é o único meio capaz de redimir a pobreza, o Governo e a Nação.

Com a implantação da nova ordem, não seria difícil conseguir dos nossos credores, se necessário fosse, uma moratória de três anos, período em que importaríamos petróleo e outros produtos imprescindíveis ao nosso consumo com pagamento à vista. Para tanto, porém, seria necessário a conscientização no Governo da crise por que atravessa o País e do desespero em que se encontram as camadas pobres da população. Democracia é o melhor regime do mundo, mas a fome e a miséria anulam por completo a liberdade política, moral e física assegurada ao pobre em nome da lei.

Condenamos os agoureiros de tragédias, mas não podemos desprezar o temor de que caminhemos para o abismo se medidas como as que ora propomos não forem urgentemente adotadas. Delas surgirão, sem dúvida, por via de consequência, as reformas nos demais setores de atividade do Estado, permitindo à Nação caminhar livremente na estrada do futuro e realizar o ideal de emancipação econômico-social tão sonhado, desejado e perseguido pelo povo brasileiro. Não podemos continuar com essa política monetarista, paternalista, estimulada pelos inventores do sistema que conduziu a sociedade brasileira ao vício de jogar, comprar e vender dinheiro, levando milhões de pessoas que produziam patrioticamente ao egocentrismo profissional. Não, a felicidade não está apenas no dinheiro, mas, sobretudo, no prazer de qualquer ação criadora.

Há 30 anos defendo a implantação de regiões agrícolas no interior do País, havendo escrito nesse período seis trabalhos sobre o assunto, um dos quais usado em campanha político-eleitoral por quase todos os presidentes do momento, só que de forma inexecutável, porque ninguém vai para o interior sem motivação e exemplo dados pelo Governo. Agora, mais do que nunca, impõe-se a adoção dessa providência, mediante o levantamento de áreas nos Estados e a escolha, através de pesquisas dos serviços de agronomia e outros, dos locais que melhor se prestem para abrigar trinta ou quarenta milhões de habitantes, mobilizando-se os Ministérios e os governos estaduais, incumbindo-se cada um

das tarefas de sua competência. Salvo melhor ordenamento: Ministérios dos Transportes e da Agricultura e Órgãos vinculados — abertura de ruas, de poços artesianos e outros sistemas de abastecimentos de água, construção de estradas, distribuição de instrumentos agrícolas, de sementes, instalação de armazéns, silos e frigoríficos, etc.; Ministério do Interior, com Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e outros organismos vinculados — construção de casas de campo, mobiliário, saneamento etc.; Ministério das Minas e Energia e Órgãos vinculados — eletrificação rural, instalação de luz residencial, etc.; Ministério da Fazenda, com Caixa Econômica e Banco do Brasil — cooperativas de consumo (geridas pelo Ministério da Agricultura) para suprir de gêneros alimentícios os trabalhadores e suas famílias, cujo pagamento deve ser convencional, com uma parte da produção, quando houver, sem sacrificar o trabalhador; Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência Social — construção e instalação de escolas, admissão de professores, distribuição de livros e material escolar para os filhos dos trabalhadores, construção de postos e casas de saúde, instalação e manutenção de postos de puericultura e de restaurantes populares, assistência médica e distribuição de remédios, etc.; Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio — planejamento da produção, para que se produza mais o que mais consumimos e exportamos ou venhamos a exportar, promoção das exportações, etc.; Ministério das Relações Exteriores — pesquisa nos diversos países do globo para saber o que devemos exportar; Ministério das Comunicações — agência dos correios, telegrafo, etc.; Ministério do Trabalho — arregimentação dos trabalhadores rurais, esclarecimentos sobre as vantagens a eles conferidas, etc.; Governos estaduais — fornecimento dos meios de que dispõem, em todos os setores onde forem chamados a colaborar; Ministérios Militares — disciplina, ordem e segurança; Ministério do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola, a ser criado — planejamento, coordenação e fiscalização do plano. Cabendo ainda ao Ministério do Interior ou do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola a aquisição das terras (com base no Imposto Territorial Rural pago) para a complementação de cada região agrícola, que deve ter base (e maior porção) em terras devolutas, destacando-se partes isoladas para instalação de colônias penais, para onde devem ser levados todos os criminosos do País, separados em grupos, de acordo com o grau de periculosidade de cada um — mesmo que haja necessidade de manter muitos deles com os pés acorrentados — onde se incluem os traficantes e viciados em drogas. As regiões agrícolas devem estender-se a essas colônias na proporção em que se forem recuperando os seus ocupantes, ou levados a se integrarem às regiões os grupos comprovadamente recuperados. Esse programa irá, também, aproximar-nos de nossas minas e viabilizar a exploração de nossas riquezas minerais.

Decorridos dez anos da implantação de cada região agrícola, deve ela ser entregue aos seus habitantes, para usufruto da terra com independência, cessando a responsabilidade do Estado.

Trata-se, sem dúvida, de um projeto que exige muito trabalho, idealismo e coragem, mas compensa pelo arraigado patriotismo que encerra, com o amparo a 40 milhões de brasileiros, cuja maioria nada pode oferecer à Pátria senão o próprio peso que representa e, ao mesmo tempo, pela oportunidade de emancipação econômica do País, que ocorrerá na proporção em que forem aumentando a produção

e os contratos comerciais com o Mundo.

Com efeito, o Governo contará com o apoio dos meios rurais para a realização desse plano de salvaguarda nacional, sem o temor de confronto entre o homem do campo e o proprietário rural.

Quanto aos recursos para execução do programa, correrão por conta de dotações previstas nos orçamentos dos próprios Ministérios.

As vantagens do programa seriam deferidas a todos os produtores do País, que receberiam não apenas ajuda do Governo para produzir mais e melhor, mas também as facilidades nos transportes e na venda de seus produtos, desde que atendessem normas de moralidade, fundamentais para o progresso nacional.

O Governo que executar um programa dessa magnitude será, por certo, acusado pela "direita" de comunista ou socialista extremado e, pelas "esquerdas" delirantes, de fascista, que pretende reviver os campos de concentração, esquecendo ambos que os presos estão morrendo amontoados em celas, os assaltantes apavorando a população, a fome e a miséria crescendo assustadoramente. É que, tanto a "direita" quanto as "esquerdas" mencionadas perderão as asas com a adoção da nova ordem.

Para ilustrar, lembramos os Estados Unidos de 1933, cuja economia era inteiramente controlada por 20% da população. Oitenta por cento dos habitantes daquele país estavam divididos entre desempregados e vadios, incendiários, assaltantes, viciados, desordeiros, e miseráveis que perambulavam sem destino. Ao assumir a Presidência da República, Franklin D. Roosevelt instituiu o "New Deal", que lhe valeu sucessivas reeleições. Para que ele continuasse Presidente enquanto visse, o Congresso alterou a Constituição da República. O que fez esse homem para tanto merecimento? É do que nos dá notícia o livro "Roosevelt", de Emil Ludwig, publicado em 1938, do qual extraímos os seguintes comentários: "Em 1933, quando assumiu o governo dos Estados Unidos e a situação do país era de completo caos social e econômico, Roosevelt comprou nove milhões de acres de terra inculta, em 43 Estados, e neles instalou 208 colônias agrícolas. Limpou as cidades dos jovens solteiros, de 14 a 22 anos desempregados ou vadios, viciados ou desordeiros, de todas as classes, conduzindo-os juntamente com os voluntários para as colônias. Pagava ordenado a cada um, retendo, porém, 50 por cento, que era entregue aos pais carentes para os irmãos menores ou inválidos que haviam deixado. Convenceu os bancos a concederem moratória aos lavradores, cujas terras hipotecadas ameaçavam tomar por falta de pagamento, e fez convergir para o interior as atenções e os recursos do governo. A cada Departamento fora entregue a responsabilidade de uma grande tarefa, cuja execução o Presidente fiscalizava diretamente.

Em janeiro de 1935, 20,2 milhões de homens tinham sido transferidos para a zona rural — em um só dia foram levados de Nova Iorque mais de dez mil jovens — e o Governo inaugurava os frigoríficos, os armazéns e silos e as estradas para evacuar a produção. Dois anos mais tarde não havia um só desempregado nas capitais dos Estados e quase cem países dependiam da produção agrícola americana. Outras medidas governamentais foram sabiamente adotadas nos diversos setores de interesse público, levando o país a desenvolver-se por todos os lados de maneira impressionante. Era a consagração da política do governo. Roosevelt venceu. É hoje um presidente endeusado pelo povo norte-americano.

Ainda em 1933/1934 — conta Ludwig — entre outras medidas

notáveis, Roosevelt fez instalar um restaurante popular, um posto de saúde com equipamentos de minihospital, um posto de puericultura, uma agência de empregos e um posto policial (com polícia especial, porque a comum estava viciada) em cada quarteirão das grandes e médias cidades, nas fábricas e nos centros comerciais. Apela a todos para não entesourarem dinheiro e sim aplicá-lo em qualquer ação produtiva em benefício próprio e do País, anunciando que iria desvalorizar o dólar e já havia fechado todos os canais por onde pudesse sair clandestinamente a moeda norte-americana. Instituiu leis rigorosas contra a venda de bebidas alcoólicas a menores de 21 anos (a lei anterior proibía a venda para todos, mas ninguém a respeitava), contra a vadiagem, contra a venda de armas de fogo à população, aumentou as penas para os crimes praticados por policiais e orientava o povo, ele próprio, das 18h30 às 19h, todos os dias úteis, pela rádio do Governo, instalada na Casa Branca. O povo vibrava com cada medida anunciada pelo Presidente e se conscientizava de que naquele país só a lei era soberana.

Já no primeiro ano do governo Roosevelt, desapareceram os corruptos, os assaltantes e toda espécie de malfetores que infestavam os Estados Unidos — herança maldita deixada pelo seu desastrado antecessor, Herbert Clark Hoover — voltando a ordem, o respeito, a paz e a tranquilidade a reinarem por toda parte.

Dando um novo sentido dinâmico aos partidos políticos e prestigiando os congressistas, o Presidente conseguiu estruturar uma base de apoio ao seu governo quase unânime do Poder Legislativo, fazendo crescer de tal forma a bancada dos democratas, que até hoje, decorridos 44 anos de sua morte, o partido a que pertencia ainda detém a maioria absoluta nas duas Casas do Congresso.

Embora esteja o Brasil vivendo uma situação diferente de época e de lugar, forçoso é reconhecer que convergimos em muitos pontos para o "New Deal" de Roosevelt, digno, portanto, de ser adotado entre nós, principalmente quanto à produção, o controle administrativo, a moralidade da vida pública, o combate à violência e à criminalidade que se generalizam, atemorizando a população.

Os fatores que levaram o Brasil ao seu estado atual não podem ser analisados, todo eles, em um artigo de jornal; mostramos apenas alguns aspectos fundamentais para os quais indicamos as soluções, pois são incontáveis as invenções que degradam o Governo, o povo e o País. Quem, por exemplo, confiaria em uma nação que suprimiu seis algarismos de sua moeda em menos de 3 anos? Todos sabem que o capital circulante é o dinheiro mais importante de um país, porque cobre todas as camadas da população. No Brasil temos uma "loteca", uma "loto" e uma "se-na" que levam da economia popular todos os meses o equivalente a 100 milhões de dólares em nossa moeda, deixando em cada cidade explorada pelo jogo (e são quase todas) apenas 9 por cento de sua receita. Essa jogatina é paga, permanente e progressivamente, com o dinheiro em circulação. Até o prêmio é pago imediatamente ao sorteio e de uma só vez, cujo valor não volta mais a circular. O Governo não deixa faltar dinheiro. Haverá melhor forma de inflacionar um país?

Obs. Guarde este artigo. Você vai precisar dele durante muitos anos.

João Alves de Almeida, 70, exerce o sétimo mandato sucessivo de deputado federal pela Bahia. Presidiu durante vários anos a Comissão Mista do Orçamento Geral da União, é economista, administrador e analista político, com livros publicados.